

SEDE:

LUGAR NOVO, RUA DA LINHA FÉRREA Nº10
4700-711 PALMEIRA, BRAGA

ESCRITÓRIO:

RUA BELO HORIZONTE
4700-683 PALMEIRA

TEL/FAX: 253 628 364

TLM: 966 494 676/966 492 489

Ajuste Direto para Requalificação arbórea da área envolvente da zona ribeirinha do Vez

Declaração – Anexo I

MAIO 2017



AMBIFLORA

SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57º do CCP)

1 - Hélder Jorge Oliveira Ventura, titular do cartão do cidadão n.º 10651734, residente no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea n.º 10 – 4700-711 Palmeira Braga, na qualidade de representante legal da **AMBIFLORA – Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda.**, titular do número de identificação fiscal n.º **506 475 433**, com sede no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea n.º 10 – 4700-711 Palmeira Braga, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto de **“Requalificação arbórea da área envolvente da zona ribeirinha do Vez”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração emitida ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme o modelo Declaração emitida conforme modelo Anexo I;
- b) Proposta de Preço Total;
- c) Preços parciais dos trabalhos correspondentes às habilitações contida no Alvará;
- d) Plano de Trabalhos;
- e) Plano de mão-de-obra;
- f) Plano de equipamento;
- g) Plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- h) Memória descritiva e Justificativa do modo de execução da obra;
- i) Lista de Preços Unitários;
- j) Cópia da Certidão do registo comercial.



3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b. A gerência não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c. A gerência não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71º da Lei n.º19/2012 de 8 de Maio, e do n.º1 do artigo 460º do Código do presente Código;
- g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i. A gerência não foi condenada por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



- ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código de Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Braga, 15 de Maio de 2017

O Gerente

AMBIELORA

Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Lda
(Herdeiro Jorge Oliveira Ventura)

NIPC: 506 475 433